

Termo de Referência

Processo Administrativo nº 10831.720316/2022-14

1. Objeto e quantidade estimada

- 1.1. Aquisição parcelada de água mineral potável em galões de 20 litros, sem gás, para consumo do público interno e externo da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Interno de Viracopos em Campinas - ALFVCP.
- 1.2. Deverão ser observadas a Resolução de Diretoria Colegiada da ANVISA nº 274/2005 e a Instrução Normativa da ANVISA nº 60/2019.
 - 1.2.1. De acordo com o item 2.1 do Anexo I da RDC ANVISA nº 173/2006, considera-se água mineral natural: *"a água obtida diretamente de fontes naturais ou por extração de águas subterrâneas. É caracterizada pelo conteúdo definido e constante de determinados sais minerais, oligoelementos e outros constituintes considerando as flutuações naturais"*.

Tabela I – Descrição, identificação no Catálogo de Materiais e Quantidades Máximas Mensal e Total

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÁXIMA MENSAL ESTIMADA	QUANTIDADE MÁXIMA TOTAL ESTIMADA
1	Água mineral potável, sem gás, em galões retornáveis de 20 litros	445485	Galão de 20 litros	30	180

- 1.3. As quantidades máximas mensal e total são estimadas, podendo haver pedidos em quantidades inferiores aos quantitativos informados na tabela I.
- 1.4. O fornecimento será limitado à quantidade máxima total estimada informada na tabela I.
- 1.5. O pagamento ocorrerá conforme a quantidade efetivamente fornecida de galões.
- 1.6. As solicitações de fornecimento poderão ocorrer até a data de 31/12/2022.

2. Justificativa e objetivo da contratação

- 2.1. A justificativa reside na essencialidade da água potável, fundamental para a manutenção da saúde e do bem-estar de todo ser humano.
- 2.2. Assim, a aquisição, por meio de contratação direta, tem como objetivo suprir a necessidade contínua de água mineral pelo público interno e externo da ALF/VCP, uma vez que a rescisão do Contrato ALF/SPO nº 17/2021, de prestação de serviços de copeiragem, ocasionou a interrupção do fornecimento desse produto.

3. Fundamentação legal da aquisição

- 3.1. A aquisição objeto deste Termo de Referência rege-se pela Lei nº 8.666/1993, e em especial pelo seu artigo 24, inciso II, e artigo 62.

4. Habilitação

- 4.1. A regularidade fiscal será comprovada com o cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, instituído pela Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 03, de 26 de abril de 2018, ou através das certidões negativas de débito junto ao FGTS, por meio do **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**, e junto ao INSS e à Fazenda Federal, por meio da **Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, emitida conjuntamente pela RFB e pela PGFN), nos termos do artigo 29 da Lei n.º 9.866/1993 c/c artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3/2018.
- 4.2. A regularidade trabalhista, caso não constante do SICAF, será verificada por meio de **prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através de certidão**



negativa, nos termos do Título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452/1943.

- 4.3. Será realizada ainda consulta no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN antes da emissão da nota de empenho
- 4.4. Faz-se necessária, ainda, que a fornecedora declare, em sua proposta (orçamento) que:
 - 4.4.1. Não está cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e/ou contratação com a Administração Pública e não foi declarada inidônea ou está impedida de licitar e/ou contratar com ela.
 - 4.4.2. Não se encontra em processo de falência, dissolução, fusão, cisão ou incorporação; não está constituída na forma de empresa em consórcio; não está cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério da Fazenda, ou foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.
 - 4.4.3. Não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, em observância ao disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.
 - 4.4.4. A água mineral ofertada na proposta atende a todos os requisitos exigidos pela RDC ANVISA nº 274/2005 e IN ANVISA nº 60/2019, bem como as legislações e / ou normas de órgãos de vigilância sanitária estadual e municipal pertinentes.
 - 4.4.5. A empresa está ciente de que, sempre que solicitado pela Administração, deverá apresentar laudo laboratorial a partir da amostra selecionada pela Contratante.

5. ***Apresentação da proposta***

- 5.1. O interessado deverá encaminhar sua proposta de preço (orçamento) para o endereço eletrônico **licitacao.sp.alfvcp@rfb.gov.br**, em até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento da solicitação de orçamento.
- 5.2. A proposta de preço poderá ser baseada no Modelo de Proposta, anexo deste Termo de Referência.
- 5.3. Nos valores propostos deverão estar incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do produto.
- 5.4. A fornecedora arcará com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta de preço, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento do objeto deste procedimento licitatório, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 5.5. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta acarretará, necessariamente, a aceitação total das condições previstas neste Termo de Referência.

6. ***Critério de julgamento***

- 6.1. O julgamento das propostas terá como critério objetivo o menor preço total ofertado, o qual corresponde a multiplicação do valor unitário do galão de 20 litros por 180 (cento e oitenta).

7. ***Forma de seleção da fornecedora***

- 7.1. A seleção da empresa fornecedora será realizada utilizando-se o critério de julgamento descrito no item 6 e a verificação das condições de habilitação elencadas no item 4.
- 7.2. As empresas fornecedoras que não cumprirem os requisitos de habilitação serão desclassificadas.

8. ***Modelo de execução do objeto, entrega e critério de aceitação do objeto***

- 8.1. **Local de Entrega:** ALF/VCP – Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos - Seção de Programação e Logística (SAPOL) - Prédio Administrativo - Lado Receita

- Rodovia Santos Dumont (SP075), Km 66 - Parque Viracopos - Campinas / SP – CEP: 13052-900.

8.2. **Prazo de entrega.** O prazo de entrega referente aos galões de 20 litros é de **2 (dois) dias úteis**, a contar da data de envio do pedido de fornecimento, por meio de mensagem eletrônica à empresa fornecedora. A entrega ocorrerá de forma parcelada, com periodicidade mensal.

8.2.1. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por igual período em casos justificados e autorizados pela Administração.

8.3. **Data de envase do galão e data de entrega.** A data de entrega do galão não poderá ser superior a 15 (quinze) dias da data de envase.

8.4. Não serão aceitos, em hipótese alguma, galões com data de validade da embalagem vencida ou velhos, sujos, amassados, opacos, arranhados ou com outros defeitos que prejudiquem a qualidade e a visibilidade da água fornecida.

8.5. A empresa deverá declarar que possui ciência de que, sempre que solicitado pela Administração, deverá apresentar LAUDO LABORATORIAL emitido a menos de 3 meses da data da solicitação.

8.6. **Recebimento provisório.** Os galões serão recebidos provisoriamente no prazo de 2(dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.7. **Devolução dos galões retornáveis.** A partir do segundo fornecimento, serão devolvidos os galões vazios. Os galões entregues no último pedido serão devolvidos em data a combinar com a empresa fornecedora.

8.8. **Rejeição de galões recebidos provisoriamente.** Os galões poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 horas, a contar da notificação da fornecedora, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.9. **Recebimento definitivo.** Os galões serão recebidos definitivamente no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do bem e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.9.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. Pagamento

9.1. O pagamento será efetivado por meio de emissão de Ordem Bancária, feita através do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, via Banco do Brasil, à ordem do favorecido, no Banco, na Agência e na Conta designados, após a entrega do bem solicitado a esta Alfândega e o devido ateste de recebimento da Fatura/Nota Fiscal.

9.2. **O valor a ser pago à empresa fornecedora dependerá da quantidade efetivamente entregue de galões.**

10. Reajuste do preço

10.1. O preço total ofertado é irrevogável.

11. Obrigações das partes

11.1. São obrigações da Administração:

11.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

- 11.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 11.1.3. Comunicar à empresa fornecedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 11.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da empresa fornecedora, através de comissão/servidor especialmente designado.
- 11.1.5. Efetuar o pagamento à empresa fornecedora no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.
- 11.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela empresa fornecedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da fornecedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 11.2. A empresa fornecedora deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - 11.2.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e prazo de validade.
 - 11.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
 - 11.2.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
 - 11.2.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
 - 11.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
 - 11.2.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
 - 11.2.7. Observar as normas legais de segurança que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos objeto da aquisição.

12. Sanções administrativas

- 12.1. As condutas que podem ensejar a aplicação das sanções administrativas estão previstas na Lei n.º 8.666, de 1993.
- 12.2. Pela infração às condições constantes deste instrumento, a Administração poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar à empresa fornecedora as seguintes sanções:
 - 12.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das condições constantes no Termo de Referência consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto deste.
 - 12.2.2. **Multas**, que deverão ser recolhidas, no prazo de até 30 (trinta), contados do recebimento da Notificação, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, a ser preenchida de acordo com instruções fornecidas pela Administração:
 - 12.2.2.1. **De 0,5% (meio por cento)** sobre o preço total ofertado por dia de atraso no prazo previsto para entrega do objeto deste instrumento, limitado a 10% (dez por cento) do referido valor, por ocorrência.

- 12.2.2.2. **De 5% (cinco por cento)** sobre o preço total ofertado, por infração a qualquer condição estabelecida neste instrumento, com exceção da especificada acima, e aplicada em dobro na sua reincidência.
- 12.2.2.3. **De 10% (dez por cento)** sobre o valor total ofertado, em caso de inexecução parcial das condições assumidas.
- 12.2.3. **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, pela inexecução total das condições assumidas, quando essa falta acarretar significativo prejuízo à Administração.
- 12.3. Para efeito de aplicação das multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% ao dia sobre o valor referente ao pedido de fornecimento
2	1,0% ao dia sobre o valor referente ao pedido de fornecimento
3	1,5% ao dia sobre o valor referente ao pedido de fornecimento
4	2,0% ao dia sobre o valor referente ao pedido de fornecimento

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	04
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do produto;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
3	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
4	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	01

- 12.4. Se o valor da multa não for pago, ele será descontado de eventual crédito da empresa fornecedora, ou, ainda, será inscrito em Dívida Ativa da União e cobrado judicialmente.
- 12.5. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.



- 12.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à empresa fornecedora, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 12.7. O direito de defesa será exercido perante o Chefe do Sepol/ALF/SPO, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da Notificação, cabendo recurso dirigido ao Delegado da Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo, em igual prazo, da decisão proferida pela autoridade.
- 12.8. Na aplicação das sanções serão considerados, observado o princípio da proporcionalidade:
- 12.8.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.8.2. O caráter educativo da pena.
 - 12.8.3. As peculiaridades do caso concreto.
 - 12.8.4. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
 - 12.8.5. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- 12.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 12.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. Recursos orçamentários

- 13.1. A despesa da presente contratação está programada em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:
- Gestão/Unidade: 00001/170533
Fonte: 0150251030
Programa de Trabalho: 89116
Elemento de Despesa: 3.3.3.9.0.30.07 - GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
PI: OUTROS CUSTEIO
- 13.2. A emissão de empenho ficará às expensas da Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo – ALF/SPO, unidade gestora da ALF/VCP.

14. Disposições Gerais

- 14.1. O Modelo de Proposta integra como anexo este Termo de Referência.
- 14.2. As questões decorrentes da aquisição tratada neste Termo de Referência que não puderem ser solucionadas administrativamente, serão dirimidas pela Justiça Federal – 5ª Subseção Judiciária de Campinas / SP.

(datado e assinado digitalmente)
RODRIGO VESULE FERNANDES
Chefe da Sapol/ALF/VCP

(datado e assinado digitalmente)
THAIS MASSUE TAKEUCHI
Chefe Substituta do Sepol/ALF/SPO



Ministério da Economia

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Economia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 08/07/2022 15:47:59 por Thais Massue Takeuchi.

Documento assinado digitalmente em 08/07/2022 15:47:59 por THAIS MASSUE TAKEUCHI e Documento assinado digitalmente em 08/07/2022 15:37:40 por RODRIGO VESULE FERNANDES.

Esta cópia / impressão foi realizada por URSULA MOREIRA DE CARVALHO em 08/07/2022.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP08.0722.16152.EIYA

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
115CC474E1DB87771CA80ECD640D2661B642CD3855C9758F6599DBABD78A319B

MODELO DE PROPOSTA

ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 10831.720316/2022-14

A empresa _____, nome fantasia _____, CNPJ nº _____, com sede na _____, nº _____, na cidade de _____, telefone _____, e-mail _____, por intermédio de seu representante, sr (a). _____, CPF nº _____, vem apresentar esta Proposta Comercial, que tem prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua apresentação, e é baseada nas especificações, condições e prazos estabelecidos no Termo de Referência da Dispensa de Licitação do processo administrativo nº 10831.720316/2022-14, os quais se compromete a cumprir integralmente.

Declara que tem ciência e concorda com as condições estabelecidas no Termo de Referência, bem como **que cumpre plenamente os requisitos de habilitação** nele definidos e que esta proposta foi elaborada de maneira independente, sem interferência ou influência de qualquer outra empresa fornecedora potencial ou de qualquer integrante da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos.

Declara também, em conformidade com o subitem 4.4. do Termo de Referência, que:

a) Não está cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e/ou contratação com a Administração Pública e não foi declarada inidônea ou está impedida de licitar e/ou contratar com ela.

b) Não se encontra em processo de falência, dissolução, fusão, cisão ou incorporação; não está constituída na forma de empresa em consórcio; não está cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ou foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

c) Não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, em observância ao disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

d) A água mineral ofertada na proposta atende a todos os requisitos exigidos pela RDC ANVISA nº 274/2005 e IN ANVISA nº 60/2019, bem como as legislações e / ou normas de órgãos de vigilância sanitária estadual e municipal pertinentes.

e) A empresa está ciente de que, sempre que solicitado pela Administração, deverá apresentar laudo laboratorial a partir da amostra selecionada pela Contratante.

Com relação às solicitações de fornecimento do bem e respectivo pagamento, **declara**, ainda, que tem ciência de que:

a) A entrega é parcelada, dependendo de pedido mensal de fornecimento pela Administração.

b) A quantidade a ser solicitada é variável.

c) A quantidade máxima mensal estimada é de 30 (trinta) galões.

d) A quantidade máxima total estimada é de 180 (cento e oitenta) galões.

e) As solicitações de fornecimento poderão ocorrer até a data de 31/12/2022.

f) O pagamento ocorrerá conforme a quantidade efetivamente fornecida de galões.

Esclarece ainda que os preços cotados na tabela abaixo incluem todos as taxas, tributos, encargos sociais, e demais despesas de qualquer natureza incidentes sobre o produto que será fornecido e compromete-se a manter o valor unitário durante todo o ano de 2022.

Descrição Pormenorizada	Marca/ Fabricante	Garantia	Prazo de Entrega	Valor Unitário	Quantidade Máxima Total Estimada	Valor Total
Água mineral potável natural sem gás, envasada em garrafão de polycarbonato (plástico) retornável de 20 (vinte) litros, com fornecimento parcelado, mensal, durante o ano de 2022.					180	

_____, ____ de julho de 2022.

Assinatura do Representante



Ministério da Economia

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Economia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento juntado ao processo em 08/07/2022 14:56:34 por URSULA MOREIRA DE CARVALHO, servidor habilitado e reconhecido via certificado digital. (CÓPIA SIMPLES)

Histórico de ações sobre o documento:

Esta cópia / impressão foi realizada por URSULA MOREIRA DE CARVALHO em 08/07/2022.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP08.0722.16155.8C7E

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
1370DE2B6223181B72B344B481209514DBD21FB62710227DA5ED795B00C955AA